

Ensino superior e fatores influenciadores à permanência e evasão no Programa Segundo Tempo Universitário

Higher Education and influencing factors to permanence and evasion in the Segundo Tempo Universitário Program

Educación superior y factores que influyen en la permanencia y la evasión en el Programa Segundo Tempo Universitário

*Junior Vagner Pereira da Silva, **Riller Silva Reverdito

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil), **Universidade do Estado de Mato Grosso (Brasil)

Resumo. O estudo teve como objetivo analisar a percepção dos usuários de um programa de Atividade Física de Lazer no contexto universitário sobre os fatores influenciadores à permanência e a evasão. Trata-se de um estudo avaliativo, a partir de dados secundários envolvendo 136 usuários do núcleo do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Os resultados indicaram que fatores relacionados aos recursos financeiros/gratuidade das aulas (90.17%) e otimização do tempo (70.53%), foram os principais fatores favoráveis à permanência no programa. Fatores relacionados ao tempo e recursos financeiros também predominaram entre aqueles que poderiam contribuir com a evasão do programa, apenas invertendo a ordem, com choque de horários entre disciplinas e atividades do programa (68.75%), indisponibilidade de tempo (54.46%) e cobrança de taxas (41.07%). Conclui-se que políticas públicas voltadas a oferta gratuita de AFL no contexto universitário podem favorecer o envolvimento dos estudantes com essas experiências ao longo da formação acadêmica, mas além da oferta, outros fatores, também devem ser observados, haja vista que as barreiras à AFL são multifatoriais.

Palavras-chave: Universidade; Estudantes; Lazer.

Abstract. The study aimed to analyze the users' perception of a Leisure Physical Activity program in the university context about the factors that influencers permanence and dropout. This is an evaluative study, based on secondary data involving 136 users of the Segundo Tempo Universitário Program at the Federal University of Mato Grosso do Sul. The results indicated that factors related to financial resources/free classes (90.17%) and time optimization (70.53%), were the main factors favorable to permanence in the program. Factors related to time and financial resources also predominated among those that could contribute to dropping out of the program, just inverting the order, with a clash of schedules between disciplines and program activities (68.75%), unavailability of time (54.46%) and charging of fees. fees (41.07%). It is concluded that public policies aimed at the free offer of AFL in the university context can favor the involvement of students with these experiences throughout their academic training, but in addition to the offer, other factors must also be observed, given that the barriers to AFL are multifactorial.

Keywords: University; Students; Leisure.

Resumen. El objetivo del estudio fue analizar la percepción de los usuarios de un programa de Actividad Física de Ocio en el contexto universitario sobre los factores que influyentes en la permanencia y la deserción. Se trata de un estudio evaluativo, basado en datos secundarios que involucran a 136 usuarios del núcleo del Programa Segundo Tempo Universitário de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul. Los resultados indicaron que los factores relacionados con los recursos económicos/clases gratuitas (90,17%) y optimización del tiempo (70,53%) fueron los principales factores favorables a la permanencia en el programa. Los factores relacionados con el tiempo y los recursos económicos también predominaron entre quienes podrían contribuir a la deserción del programa, solo invirtiendo el orden, con choque de horarios entre disciplinas y actividades del programa (68,75%), indisponibilidad de tiempo (54,46%) y cobro honorarios tasas (41,07%). Se concluye que las políticas públicas encaminadas a ofrecer AFL gratis en el contexto universitario pueden favorecer el involucramiento de los estudiantes con estas experiencias a lo largo de su formación académica, pero además de la oferta también se deben observar otros factores, dado que las barreras a AFL son multifactoriales.

Palabras clave: Universidad; Estudiantes; Tiempo libre.

Fecha recepción: 01-02-23. Fecha de aceptación: 15-04-23

Junior Vagner Pereira da Silva

jr_lazer@yahoo.com.br

Introdução

Atividades Físicas de Lazer no contexto universitário

A implementação de instalações e programas de Atividades Físicas de Lazer (AFL) no contexto universitário tem demonstrado surtir efeitos positivos em diversos aspectos, como na satisfação dos estudantes com a vida e com a instituição, na integração acadêmica, nas habilidades sociais, na escolha da universidade e na manutenção do estilo de vida fisicamente ativo após a conclusão do curso. Na Alemanha, a existência de um programa direcionado ao fomento de esporte figurou como importante política para estudantes, haja vista que praticantes regulares de esportes

e exercícios físicos apresentaram melhores resultados na satisfação com a vida (Jetzke, & Mutz, 2020).

Programas de lazer esportivo nas universidades podem exercer impactos positivos na satisfação dos alunos com a instituição e corroborar com sua integração acadêmica e social (Kampf, & Teske, 2013). O uso de instalações esportivas e a participação em programas ou serviços recreativos no campus aumentaram as habilidades sociais entre estudantes americanos (gestão do tempo, respeito pelos outros, performance acadêmica, sentido de pertencimento/associação, capacidade de multitarefa, capacidade de desenvolver amizades, habilidades de cooperação em grupo, habilidades de comunicação, consciência multicultural

e habilidades para resolver problemas). Adicionalmente, favoreceram conhecer novas pessoas e formar relacionamentos (Forrester, 2014).

A existência de instalações esportivas e programas de lazer no campus figuraram como fatores que influenciaram na decisão dos estudantes americanos na escolha da universidade, sendo a influência ainda maior em relação a decisão de continuarem frequentando a mesma (Forrester, 2014). Universitários americanos que estiveram envolvidos com esportes em centro de recreação universitária, quando comparados aos que não frequentaram, apresentaram 2,22 vezes mais chances de se matricular no ano seguinte. Por seu turno, fazer uso das instalações do centro de recreação também apresentou forte associação, aumentando as chances de retenção em 1.44 vezes a cada vez de uso (Kampf, & Teske, 2013).

As atividades de recreação, esportes ou condicionamento físico no campus são serviços importantes aos estudantes, uma vez que expandiram o interesse em manter-se em forma e saudáveis depois, alterando a percepção da importância de um estilo de vida saudável de 94% (antes de adentrar a universidade) para 98% (Forrester, 2014). Experiências esportivas ao longo do ensino superior influenciaram positivamente nos níveis de AFL posteriormente a formação acadêmica em 77% dos sujeitos investigados. Aqueles que apresentavam maior profundidade (frequência 2 ou 3 vezes por semana ou regularidade na prática em intensidade vigorosa por mais de 30 minutos) durante a universidade, demonstraram ser significativamente mais fisicamente ativos na atualidade em relação aos demais, o mesmo ocorrendo entre aqueles que praticavam exercícios físicos em grupo ou aeróbico, esportes informais, esportes coletivos e esportes em sala de musculação e condicionamento, o que indica a relevância da implementação de programas no contexto universitário (Forrester, et al., 2007).

Os benefícios à saúde física e bem-estar e o envolvimento com esportes recreativos figuraram em preditores significativos às atividades esportivas e de condicionamento físico após a formatura (Forrester, et al., 2006). Portanto, há fortes indícios de que quanto maior o envolvimento de estudantes com esportes recreativos ao longo do Ensino Superior, mais importância darão aos mesmos pós-formatura, elemento de grande relevância para uma vida fisicamente ativa. Por outro lado, universitários que não praticam AFL têm apresentado relação com ansiedade e depressão (De Souza, 2022). Nesse sentido, as AFL podem agir como fator protetivo à saúde mental e pode reduzir sintomas de ansiedade e depressão nos estudantes (De Souza, & Rodrigues, 2021; Rodrigues, et al., 2021).

Vida universitária e barreiras às experiências com AFL

O acesso ao Ensino Superior foi ampliado mundialmente nas últimas décadas, evoluindo de 28,6 milhões (1970) para 152,5 milhões (2007), sendo mais intenso a partir de 2000 (UNESCO, 2009). No Brasil, movimento

similar ocorreu a partir da década de 1990 através de instituições privadas de pequeno porte (Segenreich, & Castanheira, 2009) e, a partir de 2007, via Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que, impulsionadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), ampliou de 39 (2007) para 58 (2010) universidades (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015).

Tal empreendimento foi relevante para inovação, produção de bens e serviços especializados e justiça social (Lima Junior, et al., 2019). Isto porque aumentou o número de ingressantes e democratizou o acesso, passando de 151.640 em 2003 (INEP, 2004) para 346.156 em 2019 (INEP, 2020). Em que pese importante, o ingresso a universidade incide em mudanças culturais, sociais e biofisiológicas que imprimem um cotidiano diferente do até então vivenciado, estando a vida universitária condicionada por um conjunto de fatores que são novos e recém integrados à realidade vivenciada, desencadeando no percurso entre o ingresso e a conclusão do curso não apenas efeitos positivos, mas, por vezes, negativos.

Isto porque, a vida acadêmica leva a profundas mudanças no contexto pessoal, familiar, social e acadêmico (Kaji, et al., 2021) e mobiliza elementos específicos dessa etapa da vida - escolha profissional, mudança de cidade e maior fragmentação do tempo social, fazendo com que alterações significativas ocorram em diversas dimensões do tempo social, dentre elas, as AFL, que consistem em ações humanas ocorridas em um tempo disponível, com envolvimento em experiências diversas (jogos, brincadeiras, danças, conscientização corporal, esportes, entre outras), envolvendo o movimento, independente da intensidade e duração, podendo ser sistematizados – com frequência contínua e planejada (projetos, programas, treinamentos, etc.) – ou não sistematizados – com frequência eventual (eventos, amistosos, competições, etc.) (Silva, 2022, pp. 10).

A respeito das AFL, evidências científicas têm observado que entre os 16 e 24 anos (faixa etária que compõe predominantemente estudantes universitários brasileiros) ocorre decréscimo acentuado no envolvimento (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016) e o maior abandono da prática esportiva (Brasil, 2015). Por seu turno, pesquisas que analisaram o lazer de universitários, evidenciaram que mais de 50% dos estudantes são fisicamente inativos (Couto, et al., 2019; Crespo, et al., 2021; Santos, et al., 2016; Sousa, & Barbosa, 2017).

Embora os fatores que atuam sobre as AFL sejam multifatoriais, a literatura tem revelado que a falta de tempo é a principal barreira entre universitários brasileiros (Sousa, et al., 2013). Conforme os discentes progredem em direção a conclusão do curso (Godoy-Cumillaf, et al., 2022) e em épocas de exames finais (Muñoz-Donoso, et al., 2023), a falta de tempo acentua-se, com o tempo de permanência diário na universidade associado negativamente (Molano-Tobar, et al., 2019). Uma das alternativas possí-

veis de amenizar os efeitos da falta de tempo sobre as experiências com as AFL de estudantes é a disponibilização de instalações e programas com serviços nas próprias universidades. De acordo com Forrester et al. (2006), as universidades são contextos favoráveis à oferta de ações relacionadas aos esportes, vez que dispõem de instalações e programas específicos (esportes recreativos, atividades físicas e saúde física em geral).

No Brasil, tal mecanismo tem sido evidenciado em programas federais, como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em núcleo desenvolvido no contexto universitário (Silva, & Ungheri, 2023) e no Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU), política pública federal direcionada ao esporte educacional, implantada em 2009 com objetivos voltados à democratização do acesso à prática esportiva à comunidade acadêmica, com financiamento da implementação de núcleos para atendimento de até 300 usuários por 17 meses, com atendimento predominantemente à estudantes universitários, duas vezes por semana, com 1h30 cada (Brasil, 2018). Tal política pode ser de grande importância aos estudantes ao longo do processo de formação, haja vista que a vivência esportiva de lazer no contexto universitário apresenta potencial para resultados positivos em diversos aspectos da formação acadêmica e desenvolvimento humano, conforme tratado no início desse manuscrito.

Mediante aos benefícios possíveis de serem obtidos por meio das experiências com AFL e os fatores que podem favorecer (ou impedir) a participação, aprofundar os conhecimentos sobre o assunto pode favorecer a produção de mecanismos que inibam a inatividade física e favoreçam a vivência das AFL, condição essencial ao desenvolvimento humano, haja vista que dispõem de efeitos positivos fisiológicos, sociais, emocionais e políticos (Anjos, & Silva, 2020; Piggini, 2021). Ainda, dados sobre os motivos que podem influenciar na evasão e permanência em projetos de AFL poderá contribuir para a emergente discussão sobre a Política de AFL Universitária, de modo a criar condições favoráveis ao melhor bem-estar dos estudantes.

Mediante os benefícios e evidências na literatura da falta de tempo como barreira principal, a presente investigação questiona: ¿Quais fatores atuam como facilitadores e podem atuar como barreiras às AFL entre os universitários vinculados ao PSTU em uma universidade federal brasileira? Quais os pontos positivos e negativos observados no núcleo analisado?

Conhecer os fatores que influenciam universitários atendidos por políticas públicas relacionadas as AFL se faz de grande relevância, haja vista que permite compreender melhor este momento de transição ecológica, os direcionamentos que se encontram presentes e ausentes nas políticas públicas e outros fatores não contemplados. Favorece também a implementação de estratégias que corroborem com a diminuição do distanciamento das AFL e não estejam contempladas, dada a complexidade que permeia o entorno da ocupação do tempo disponível com experiências esportivas. Ademais, identificar os fatores que atuam

como condicionantes a adesão e evasão, consiste também em mecanismo técnico de análise de políticas públicas, podendo favorecer a realização de ajustes e correções, de modo a melhor atender aos usuários.

Neste sentido, o estudo objetivou analisar a percepção dos usuários do PSTU sobre os fatores influenciadores à permanência no programa e aqueles que poderiam levar a evasão. Especificamente, buscou identificar os fatores que favoreceram a permanência e os que poderiam contribuir com a evasão; avaliar a percepção dos usuários sobre os pontos positivos e negativos do núcleo o qual se encontram vinculados.

Metodologia

Quanto a natureza do produto da pesquisa, trata-se de estudo avaliativo, decorrente de dados secundários produzidos para responder demandas de informação e conhecimentos voltados ao aprimoramento de programas, apoiado em bases integradas provenientes de registros e cadastros elaborados para gerir políticas e programas setoriais. Em relação ao tipo de informações, caracteriza-se como de resultados concretos do programa. No que tange ao tempo de sua realização, *ex post facto* (Jannuzzi, 2016). Complementarmente, é documental, pois analisa fontes primárias, escritas e retrospectivas, arquivos públicos eletrônicos oriundos de publicações administrativas (Marconi, & Lakatos, 2002) ainda não analisados e que, elaborados no período que se pretendia analisar, possibilita conhecimentos mais objetivos da realidade (Gil, 2010).

O PSTU figura como política analisada. Consiste em programa de política pública federal criada pelo Ministério do Esporte em 2009, com descentralização às entidades públicas federais por indução, editais e carta convite. O Núcleo em apreço foi contemplado em chamada pública do Ministério do Esporte (Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, 2017), com formalização do Termo de Execução Descentralizada nº 20/2017 (Ministério da Cidadania, 2019) e aporte financeiro da fonte 27.812.2035.20JP.0001 (Desenvolvimento de atividades e Apoio de Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social).

A oferta das atividades aos usuários iniciou em março de 2019, com atendimentos presenciais até março de 2020, quando, em decorrência da Pandemia COVID-19, o modelo presencial foi suspenso e, entre julho-dezembro de 2020, os atendimentos realizados por vídeo-aulas (Silva, 2022; Silva, & Sena, 2022). As oficinas foram ofertadas nos períodos matutino, vespertino e noturno, de segunda-feira à sábado, com atendimentos duas vezes por semana cada turma, 1h30 minutos por dia, em oficinas de musculação, voleibol, futsal, basquetebol, handebol, futebol de campo, treinamento funcional e voleibol de areia. Embora a formação dos monitores figurasse como uma das atividades a serem contempladas pelo programa, o Governo Federal não fomentou nenhuma ação, sendo os monitores capacitados tão-somente por intermédio de leituras de

textos e orientações semanais em planejamento.

Os dados oriundos do monitoramento/avaliação realizado pela Coordenação de Núcleo entre 27 de abril e 16 de maio de 2020 por meio de questionário online compuseram o Relatório de Cumprimento de Objeto do TED. Portanto, o objeto de análise foi o Relatório de Cumprimento de Objeto do PSTU, implantado em uma universidade pública federal, localizada em Campo Grande/MS, obtido na plataforma de Acesso à Informação (Fala.br), protocolo 71003.099874/2021-67.

De acordo com Jannuzzi (2016), o monitoramento consiste em avaliação contínua de políticas e programas, por meio de processos organicamente articulados, de modo a nutrir a gestão e subsidiar a identificação de anormalidades. Documentos oriundos da Administração Pública figuram como evidências que podem gerar informações relevantes e permitem uma análise situacional.

Conforme relatório objeto da análise, o monitoramento/avaliação versou sobre: a) satisfação dos usuários; b) fatores contribuintes a permanência; c) fatores que poderiam contribuir com a desistência; d) pontos positivos e negativos. Para o presente manuscrito, diante aos objetivos estabelecidos, considerou-se tão-somente os dados relacionados aos itens “b”, “c” e “d”. Na interpretação das informações recorreu aos dados quantitativos, com a análise de frequência absoluta e relativa (quadros e figuras).

No que concerne às questões éticas em pesquisa, seguiu as recomendações da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Conforme artigo 1, parágrafo único, item II, pesquisas pautadas em informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), dentre elas, as afetas as atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços, estão dispensadas do registro em Conselhos de Ética em Pesquisa.

Resultados

Dentre a meta de usuários estabelecida para o PSTU (n=300), o monitoramento contou com a participação de 45,33% (136). Os fatores que mais contribuíram com a permanência (Tabela 1) foram os relacionados a não ter que aplicar recursos financeiros próprios (gratuidade), as condições que otimizam o tempo social (ser ofertado no âmbito da universidade e localização dos espaços esportivos), a existência de acompanhamento por profissionais (disponibilização de orientação através de monitor/professor), recursos materiais (materiais disponíveis) e segurança (ambiente seguro). Portanto, a existência de programa com oferta gratuita de esportes na universidade e condições do contexto da universidade resultam em atitudes favoráveis à ocupação do tempo disponível com AFL.

Dentre os fatores que poderiam agir negativamente e corroborar com que saíssem do projeto (Tabela 2), foi destacado um conjunto maior de fatores, envolvendo diferentes níveis do contexto em que participam – choque

de horários (disciplinas do curso e horários de oferta dos esportes); consumo do tempo social (universidade, trabalho e transporte) e cobrança de taxas para frequentar as aulas.

Tabela 1.

Opinião dos usuários sobre os fatores que contribuem com a permanência no PSTU/Núcleo UFMS/Cidade Universitária

Fatores que contribuem com a permanência no programa	Frequência	
	Absoluta (N)	Relativa (%)
Oferta de gratuita de aulas	101	90.17
Otimização de tempo, por já estar na universidade	79	70.53
Disponibilidade de monitor/professor para orientar	77	68.75
Localização dos espaços esportivos	75	66.96
Materiais disponíveis	75	66.96
Ambiente seguro	75	66.96
Espaços físicos disponíveis para a prática	71	63.39
Didática do professor/monitor	70	62.50
Disponibilidade de tempo	66	58.92
Variedade das atividades ofertadas	62	55.35
Compatibilidade de horários	62	55.35
Espaços físicos adequados para a prática	61	54.46
Localização dos espaços esportivos	54	48.21
Falta de dinheiro para frequentar instituição privada	52	46.42
Companhias	48	42.85
Conhecer os espaços físicos disponíveis	48	42.85
Incentivo da família e/ou amigos	31	27.67
Diversidade de horários	30	26.78
Incentivo de professores	29	25.89

Tabela 2.

Opinião dos usuários sobre os fatores que podem contribuir com a evasão no PSTU/Núcleo UFMS/Cidade Universitária/2020

Fatores que podem contribuir com a desistência do programa	Frequência	
	Absoluta (N)	Relativa (%)
Choque de horários entre disciplinas e atividades	77	68.75
Indisponibilidade de tempo	61	54.46
Cobrança de taxas para aulas	46	41.07
Pouca variedade de horários das atividades	41	36.60
Ambiente inseguro	37	33.03
Indisponibilidade de materiais	36	32.14
Inadequação dos espaços para a prática	34	30.35
Clima inadequado	29	25.89
Indisponibilidade de espaços físicos para a prática	28	25.00
Didática do professor/monitor	20	17.85
Localização dos espaços esportivos	18	16.07
Falta de companhia	16	14.28
Falta de incentivo de professores	13	11.60
Pouca variedade das atividades ofertadas	10	8.92
Não conhecer os espaços físicos disponíveis	7	6.25
Falta de incentivo da família e/ou amigos	7	6.25
Disponibilização de dinheiro para frequentar instituição privada	7	6.25
Indisponibilidade de monitor/professor para orientar	7	6.25

Como principal ponto positivo (Figura 1), a didática dos monitores (24.77%) foi destacada no núcleo analisado, ficando todos os demais fatores distantes.

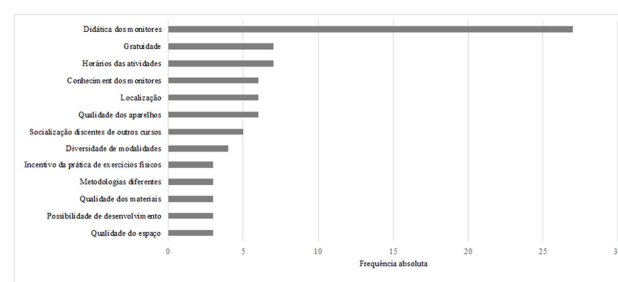


Figura 1. Opinião dos usuários sobre os pontos positivos no PSTU/Núcleo UFMS/Cidade Universitária/2020.

No que diz respeito aos aspectos negativos (Figura 2), se destacaram os relacionados aos horários disponíveis (20%), infraestrutura (16.47%), qualidade dos materiais (10.59%) e falta de climatização na academia (10.59%).

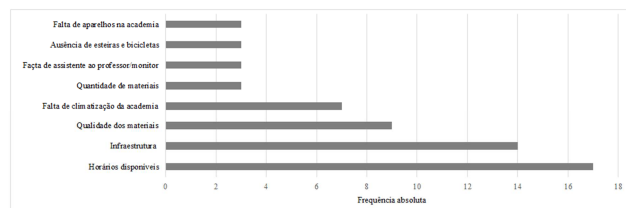


Figura 2. Percepção dos usuários sobre os pontos negativos no PSTU/Núcleo UFMS/Cidade Universitária

Discussões

Os dados indicaram que dentre as variáveis que contribuiriam para a permanência, a gratuidade do programa prevalecia entre a maioria. Considerando que o corpo discente de IFES é composto sobretudo por pessoas com renda *per capita* familiar até um salário mínimo e meio (70.2%) (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes, 2019), perfil socioeconômico desfavorável a recorrer ao mercado para desfrutar do serviço, vez que o envolvimento com este tipo de experiência é menos acessível para quem se encontra no nível socioeconômico D e E, público que dispõe de 80% menos chances de acesso a academias particulares (Silva et al., 2008). Portanto, o PSTU, enquanto política pública, cumpre seu papel social de democratização do acesso e equalização de discrepâncias sociais existentes entre os estudantes das IFES.

A desigualdade social no Brasil exerce considerável influência no envolvimento com as AFL e a equalização dessas desigualdades exige a atuação do Estado por intermédio de políticas públicas, haja vista que embora não seja o único, conforme ressalta Souza (2006), o Estado é produtor por excelência de políticas públicas. Tal compreensão não decorre de visão ingênua sobre a real atuação do Estado, pois é sabido que a luz do neoliberalismo este tem fundamentado sua ação na defesa de hierarquia no rol de direitos sociais, em que alguns figuram como prioritários e outros como pressupostos de direitos, com obrigatoriedade de fazer cumprir tão-somente quando os prioritários estiveram contemplados. A omissão do Estado as suas responsabilidades com o esporte e lazer sob a égide dos pressupostos de direito tem sido uma constância, conforme analisou Silva (2016).

Defende-se que o Estado é produtor por excelência de políticas públicas em decorrência da estrutura burocrático-administrativa que se encontra a sua disposição (Heide-mann, 2010) e pelo prisma normativo, o mesmo dispor de centralidade, exigindo sua atuação na solução de problemas distributivos, de modo que assimetrias e falhas de mercado sejam diminuídas (Secchi et al., 2020). Ademais, a obrigação mediante a legislação de assegurar tal efetivação compete somente ao Estado, vez que se o mercado

se encontra comprometido com o lucro, o Estado deve estar voltado ao bem comum e justiça social.

Políticas públicas no contexto universitário podem ser relevantes para ampliação do acesso da população à programas públicos de AFL, haja vista que os já existentes e desenvolvidos no âmbito de entidades relacionadas à saúde alcançam apenas 9.7% da população brasileira entre 18 e 29 anos (Ferreira, et al., 2019). Ou seja, para além da atuação de setores da saúde, torna-se essencial o envolvimento de outras áreas, como a educação, pois conforme Declaração de Helsinki, a promoção da saúde deve ser um compromisso intersectorial (World Health Organization, 2013). Ainda, possibilitam a diminuição das desigualdades sociais, criando mais alternativas, seja em relação ao local ou tipo de esportes oferecidos, sobretudo às pessoas de menor poder aquisitivo, que conforme estudo de Oliveira et al. (2021), são as que mais fazem uso de programas federais.

A implantação de programas no contexto universitário como o PSTU, figura em ação relevante à promoção da justiça social em suas dimensões distributivas e do reconhecimento. Ou seja, criar condições favoráveis para que aqueles que não dispõem de recursos financeiros para recorrer ao mercado possam ter acesso por meio das políticas públicas, mecanismo democrático de equiparação das desigualdades sociais, é essencial.

A otimização do tempo e localização dos espaços dentre os fatores mais relevantes para permanência e, a indisponibilidade de tempo, como aquele que mais poderia contribuir com a desistência do programa, pode estar relacionada ao perfil dos universitários brasileiros hoje não ser mais aquele até então oriundo de classes socioeconômicas altas, mas sim por pessoas que se defrontam com a necessidade da divisão do tempo social entre estudos, tarefas acadêmicas, trabalho e deslocamento em longa distância, provocando estrangulamento do tempo social. Ainda, pode relacionar-se a disponibilização de programa específico no âmbito da instituição. A otimização do tempo entre os principais fatores à permanência no programa corrobora com o entendimento sobre a necessidade de um tempo disponível para tomada de atitude voltada ao lazer (Marcellino, 2002), o que exige uma atuação entre a universidade (disciplinas e atividades extracurriculares), trabalho e transporte (Silva, 2022).

Conforme dados do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes (2019), o perfil dos estudantes de IFES brasileiras é composto por trabalhadores formais (29.9%) ou por aqueles que estão à procura de trabalho (40.6%). Esse público depara-se com a necessidade de equilíbrio do tempo de estudo e de trabalho, logo, enfrentam uma dupla jornada, situação que corrobora com que as AFL fiquem em segundo plano. Portanto, em paralelo aos condicionantes culturais, encontram-se os fatores socioeconômicos, que também agem negativamente sobre o tempo social, sobretudo daqueles que residem entre 10-50 km da universidade (32.1%) e 5-10 km (25.1%) e que tem o transporte público (51.4%) como principal meio de deslocamento.

O ingresso no Ensino Superior repercute em modificações negativas aos hábitos e práticas de AFL, condição que com o andamento do curso torna-se ainda mais aguda (Fontes, & Vianna, 2009; Godoy-Cumillaf, et al., 2022; Rangel-Caballero, et al., 2018), de modo que o tempo diário na universidade se associa negativamente com esportes (Molano-Tobar, et al., 2019). O acúmulo de atividades acadêmicas e trabalho como principal fator social que atua como barreira ao estilo de vida fisicamente ativo tem sido evidenciado não somente no Brasil (Sousa, et al., 2013), mas também no Chile (Olivares, et al., 2008), Colômbia (Aguirre-Cardona, et al., 2021), Espanha (Martínez-Lemos, et al., 2014), Reino Unido (Blake, et al., 2017) e Turquia (Daskapan et al., 2006).

Por outro lado, a proximidade dos espaços de lazer e o local em que as pessoas já se encontram (como a universidade), favorece o envolvimento com os esportes, pois a localização dos espaços esportivos neste estudo entre os principais fatores favoráveis à permanência sugere essa influência. Em que pese a ausência de estudos que tenham aferido essa relação entre universitários, a literatura corrobora com essa hipótese, haja vista que a relação entre a proximidade da residência e espaços esportivos tem sido evidenciada (Silva, et al., 2016), associando a níveis moderados e vigorosos entre os adultos (Hino, et al., 2019), ampliando em 48% as possibilidades de uso para aqueles que residem a menos de 1 km e 49% aos que moram entre 1-4 km (Paul, et al., 2020). A disponibilização de espaço físico na universidade para experiências de AFL vem ao encontro da adoção de estratégias de otimização de infraestrutura física construída para fins de aulas da graduação e faz com que a Universidade figure com equipamento não-específico, contribuindo não apenas com a formação intelectual e técnica dos discentes, mas também com o desenvolvimento pessoal e social por intermédio de experiências coletivas no lazer.

A presença de monitores/professores para orientação das atividades entre as mais relevantes pode ser compreendida pela orientação/acompanhamento por pessoal qualificado estimular a população, promover maior segurança pelas correções e adequações fomentadas (Hallal, et al., 2009). Não por acaso, este item figurou como aquele de maior satisfação entre usuários do PSTU na mesma instituição (Silva, 2021). Ademais, corrobora com maior qualidade e resultado e fortalece vínculos pela visão da saúde ampliada por promover práticas de proteção à saúde (Falci, & Balsário, 2013). A importância da orientação ultrapassa as questões estéticas e bem-estar físico, dado que também conjugam conhecimentos, proporciona segurança e confiança, aspectos provenientes do bem-estar psicológico e social (Scabar, et al., 2012).

Considerando que a transição ocorrida entre o Ensino Médio e Ensino Superior incide em decréscimo no envolvimento com as AFL, com evidências de que quase metade dos estudantes de IFES não ocupam seu tempo com essas experiências (Crespo, et al., 2021; De Souza, 2022; Tavares, et al., 2020), políticas públicas com oferta gratuita de

esportes no ambiente universitário podem favorecer que as mesmas sejam aderidas por mais pessoas e incorporadas no estilo de vida por mais tempo. Conforme evidenciado por Tsaour et al. (2023), pessoas com condições de destinar tempo ao lazer, tendem a vivenciá-las mais, auxiliando na proteção da faixa etária de declínio do envolvimento.

O potencial do envolvimento com as AFL durante a vida universitária influenciar sua manutenção posteriormente a conclusão do curso foi evidenciada por Forrester et al. (2006), Forrester (2007), Dohle y Wansink (2013), Forrester (2014) e Webb y Forrester (2015). Tais relações ratificam o entendimento de Forrester et al. (2006) a respeito das instalações e programas específicos universitários como relevantes à vivência de AFL ao longo da formação.

O núcleo do PSTU analisado demonstrou ter auxiliado na amenização dos efeitos negativos que o contexto universidade, trabalho e deslocamento imprimem, dado que além de estar articulado a otimização do tempo (pois os discentes já se encontram no local), aumenta as chances de ocuparem seu tempo disponível, o que favorece o desejo por se fazer presente nesses espaços. Portanto, o programa é de grande relevância e, por meio do atendimento a uma população específica (prioritariamente universitários), têm corroborado com que estudantes disponham de atendimentos no próprio contexto da universidade, o que favorece o maior alcance das políticas voltadas aos esportes, vez que de acordo com Oliveira et al. (2021), aquelas fomentadas pelo Ministério da Saúde têm alcançado apenas 10% da população brasileira.

Por conseguinte, favorece a promoção da saúde, seja por promover maior gasto energético e corroborar com a prevenção de doenças ou porque a atividade física “[...] envolve pessoas se movendo, agindo e atuando em espaços e contextos culturalmente específicos e influenciados por uma gama única de interesses, emoções, ideias, instruções e relacionamentos” (Piggin, 2021, p. 16). Portanto, consistem em experiência humana em que se manifestam os aspectos fisiológicos, psicológicos, emocionais, afetivos, sociais, políticos e culturais e, para além da prevenção de doenças e proteção fisiológica, corroboram com o desenvolvimento humano (Piggin, 2021; Silva, 2022).

A manifestação dos aspectos emocionais, políticos e sociais do espaço de lazer na promoção da saúde tem sido evidenciada em estudos em que os participantes sinalizaram frequentar o espaço pelas possibilidades de diálogo e convívio proporcionado (Fernandes, et al., 2017) e ver a natureza, fazer exercício físico, encontrar amigos e parentes e relaxar (28%) (Paul, et al., 2020). O envolvimento com experiências esportivas no tempo de lazer também tem resultado em maior satisfação com a vida e com o lazer, e quanto maior sua variedade, maior a satisfação (Mutz, et al., 2020). Não por acaso, estudos sugerem que pessoas que se envolvem por mais tempo com o lazer demonstram ser mais felizes, energizadas e apaixonadas pelo lazer (Tsaour, et al., 2023), com melhor bem-estar emocional diário (Chen, et al., 2020) e, quanto mais ex-

periências disporem, maiores habilidades tendem a ter ao trabalho em grupos diversificados (Artinger, et al., 2006).

A relevância social das AFL ao contexto universitário tem sido evidenciada pela literatura com efeitos favoráveis ao afeto positivo (Webb, & Forrester, 2015), melhor satisfação com a vida entre aqueles que praticavam esportes e exercícios físicos (Jetzke, & Mutz, 2020), aumento das habilidades sociais – gasto de tempo, respeito pelos outros, sentido de pertencimento/associação, capacidade de multitarefa, capacidade de desenvolver amizades, habilidade de cooperação em grupo/habilidades de comunicação, consciência multicultural e habilidades para resolver problemas (Forrester, 2014) e senso de comunidade (Artinger, et al., 2006).

Portanto, a relação da pessoa com os ambientes que frequentam e as atividades que desenvolvem podem influenciar aspectos do desenvolvimento humano (participação e o envolvimento em diferentes ambientes, relações interpessoais que acontecem, atividades realizadas) e fazer parte de um processo de mudanças duradouras, na qual a pessoa adquire uma concepção ampla, diferenciada e concreta do meio ambiente e de suas relações, papéis sociais e atividades realizadas, motivando-o para se envolver com atividades que reestruturam novos níveis de desenvolvimento, influenciando e sendo influenciado por outras pessoas e pelo contexto que estão inseridos. Ampliar as possibilidades de envolvimento da comunidade discente figura como importante estratégia de justiça social e equalização das discrepâncias existentes ao acesso aos direitos sociais e oportunidades para o desenvolvimento humano.

Conclusões

Conclui-se que para os participantes do PSTU na UFMS os recursos financeiros e gestão de tempo foram os principais responsáveis pela permanência ou evasão do programa. Tal quadro realça a relevância do desenvolvimento de políticas públicas no contexto das universidades de modo a criar condições favoráveis para que os estudantes vivenciem ações de AFL. Entretanto, aspectos relacionados ao desenvolvimento do programa, como didática (pontos positivos) e horários disponíveis (pontos negativos), também mostraram interferir.

Por fim, se reconhece as limitações da pesquisa por tratar-se de análise documental. Sugere-se que novos estudos sejam realizados por meio de pesquisa de campo, com coleta de dados referentes ao perfil demográfico (sexo, nível socioeconômico, distância da Universidade e meio de transporte), experiências com AFL anteriormente ao programa (Educação Física, Treinamento Esportivo, Lazer), variáveis relacionadas ao programa (tipo de AFL praticada) e dados acadêmicos (curso, semestre), de modo a melhor compreender a relação do PSTU com outras variáveis.

Referências

Aguirre-Cardona, L. A., Leonardo, A., Rubio-Florido, I.,

& Puerto-Rodríguez, E. A. (2021). Leisure, work and simultaneous study in distance and virtual students. *Ocio, trabajo y estudio simultáneo de estudiantes en modalidad a distancia y virtual. Retos*, 42, 375-383. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/86425>

Anjos, V. A. A., & Silva, J. V. P. (2020). Política de promoção da saúde no lazer em academias públicas de Campo Grande - MS, Brasil. *Retos*, 39, 379-387, 2020. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/79382>

Artinger, L., Clapham, L., Hunt, C., Meigs, M., Milord, N., Sampson, B., & Forrester, S. A. (2006). The Social Benefits of Intramural Sports. *NASPA Journal*, 43(1), 69-86. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2202/1949-6605.1572>

Blake, H., Stanulewicz, N., & McGill, G. (2017). Predictors of physical activity and barriers to exercise in nursing and medical students. *J Adv Nurs*, 73(4), 917-929. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27731886>

Brasil (2015). *Diagnóstico Nacional do Esporte – DIESPORTE*. Brasília, DF. Ministério do Esporte. http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf

Brasil (2018). *Programa Segundo Tempo Universitário. Diretriz 2017*. Brasília: Ministério do Esporte.

Chen, S., Hyun, J., Graefe, A., Mowen, A., Almeida, D., & Sliwinski, M. (2020). The influence of leisure engagement on daily emotional well-being. *Leisure Sciences*, 44, 1–18. <https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1757537>

Couto, D. A. C., Martin, D. R. S., Molina, G. E., Fontana, K. E., & Porto, L. G. G. (2019). Nível insuficiente de atividade física se associa a menor qualidade de vida e ao estudo noturno em universitários do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 41(3), 322-330. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.04.017>

Crespo, P. A., Machado, A. K. F., Nunes, B. P., & Wehrmeister, F. C. (2021). Prevalência de fatores de risco comportamentais à saúde e sua ocorrência simultânea em estudantes de uma universidade pública de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2017. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 30(4), e2021186. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000400027>

Daskapan, A., Tuzun, E. H., & Eker, L. (2006). Perceived barriers to physical activity in University students Arzu Daskapan. *Journal of Sports Science and Medicine*, 5, 615-620. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3861763>

De Souza, S. C. (2022). *Autoeficácia e saúde mental dos estudantes do ensino superior: análise multidimensional*. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade do Estado de Mato Grosso.

- De Souza, S. C., & Rodrigues, P. C. O. (2021). Fatores acadêmicos associados à prevalência de sintomas de ansiedade e depressão dos estudantes do ensino superior. In P. C. O. Rodrigues & S. C. De Souza (Orgs), *Saúde mental do estudante universitário: uma coletânea de estudos descritivos* (pp. 55-67). Nova Xavantina: Pantanal.
- Dohle, S., & Wansink, B. (2013). Fit in 50 years: participation in high school sports best predicts one's physical activity after Age 70. *BMC Public Health*, 13(1), 1100. <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/13/1100>
- Falci, D.M.; & Belisário, S. A. (2013). A inserção do profissional de Educação Física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. *Comunicação Saúde Educação*, 17(47), 885-899. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000027>
- Fernandes, A. P., Andrade, A. C. S., Costa, D. A. S., Dias, M. A. S., Malta, D. C., & Caiaffa, W. T. (2017). Programa Academias da Saúde e a promoção da atividade física na cidade: a experiência de Belo Horizonte, MG, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 22(12), 3903-3914. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.25282017>
- Ferreira, R., Caputo, E., Häfele, C., Jerônimo, J., Florindo, A., Knuth, A., & Silva, M. (2019). Acesso aos programas públicos de prática de atividade física no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Cad. Saúde Pública*, 35(2), e00008618. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00008618>
- Fontes, A. C. D., & Vianna, R. P. T. (2009). Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma Universidade pública da região Nordeste – Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, 12(1), 20-29. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2009000100003>
- Forrester, S. (2014). *The Benefits of Campus Recreation*. Corvallis, OR: NIRSA.
- Forrester, S., Arterberry, C., & Barcelona, B. (2006). Predicting the importance of sports and recreation after graduation. *Recreational Sports Journal*, 30(2), 87-99. https://www.researchgate.net/publication/282817502_Predicting_the_importance_of_sports_and_recreation_after_graduation
- Forrester, S., Ross, C., Hall, S., & Geary, C. (2007). Using past campus recreational sports participation to explain current physical activity levels of alumni. *Recreational Sports Journal*, 31(2), 83-94. <https://doi.org/10.1123/rsj.31.2.83>
- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes (2019). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018*. Brasília. <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>
- Fraser, N. (2002). A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 7-20. <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Godoy-Cumillaf, A., Fuentes-Merino, P., Jiménez-Díaz, J., & Vázquez-Gómez, J. (2022). Estudio Comparativo del Comportamiento de Movimiento de 24 horas, en Estudiantes Universitarios de Pedagogía en Educación Física. *Retos*, 43(1), 177-184. <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.87285>
- Hallal, P. C., Carvalho, Y., Tassitano, R., Tenório, M. C., Warschauer, M., Reis, R., Cruz, D. K. A., Damascena, W., Malta, D. C., & Tassitano, T. (2009). Avaliação Quali-Quantitativa do Programa Academia da Cidade, Recife (PE): Concepções dos professores. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saude*, 14(1), 9-14. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.14n1p9-14>
- Heidemann, F. (2010). Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In F., Heidemann & J. F. Salm (Orgs), *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2. ed. (pp. 23-40). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Hino, A. A. F., Rech, C. R., Gonçalves, P. B., & Reis, R. S. (2019). Acessibilidade a espaços públicos de lazer e atividade física em adultos de Curitiba, Paraná, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, 25(12), 1-12. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00020719>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios: síntese de indicadores 2015*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2004). *Sinopse Estatística da Educação Superior* 2003. Brasília: Inep. <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015). *Censo da educação superior 2013: resumo técnico*. Brasília, DF: INEP. https://download.inep.gov.br/publicacoes/instituiconais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2013.pdf
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). *Sinopse Estatística da Educação Superior* 2019. Brasília: Inep. <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>
- Jannuzzi, P. M. (2016). Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Editora Alínea.
- Jetzke, M., & Mutz, M. (2020). Sport for pleasure, fitness, medals or slenderness? Differential effects of sports activities on well-being. *Applied Research in Quality of Life Online First*, 15, 1519-1534. <https://doi.org/10.1007/s11482-019-09753-w>
- Kaji, A., Gazzi, B., Schimidt, B., Silva, M., & Zöllner, M.

- (2021). Desenvolvimento de um programa de mentoria por pares estudantis: um relato de experiência. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 45(Supl.), e107. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.supl.1-20210117>
- Kampf, S., & Teske, E. J. (2013). Collegiate Recreation Participation and Retention. *Recreational Sports Journal*, 37, 85-96. <https://doi.org/10.1123/rsj.37.2.85>
- Lima Junior, P., Bisinoto, C., Melo, N. S., & Rabelo, M. (2019). Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 27(102), 157-178. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002701431>
- Marcellino, N. C. (2002). *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Autores Associados.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2002). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Martínez-Lemos, R. I., Puig-ribera, A., M., & García-García, O. (2014). Perceived Barriers to Physical Activity and Related Factors in Spanish University Students. *Journal of Preventive Medicine*, 4, 164-174. <http://dx.doi.org/10.4236/ojpm.2014.44022>
- Ministério da Cidadania (2019). Extrato de Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 20/2017. *Diário Oficial da União*, nº 250, Seção 3, dezembro de 2019.
- Molano-Tobar, N., Vélez-Tobar, R., & Rojas-Galvis, E. (2019). Actividad física y su relación con la carga académica de estudiantes universitarios. *Hacia la Promoción de la Salud*, 24(1), 112-120. <https://doi.org/10.17151/hpsal.2019.24.1.10>
- Muñoz-Donoso, D., Soto-Sánchez, J., Leyton, B., Carrasco-Beltrán, H., & Valdés-Cabezas, E. (2023). Nivel de actividad física y estrés académico percibido por estudiantes universitarios del área de salud durante el periodo de exámenes. *Retos*, 49, 22-28. <https://doi.org/10.47197/retos.v49.98037>
- Mutz, M., Reimers, A., & Demetriou, Y. (2020). Leisure Time Sports Activities and Life Satisfaction: Deeper Insights Based on a Representative Survey from Germany. *Applied Research Quality Life*, 16, 2155-2171. <https://doi.org/10.1007/s11482-020-09866-7>
- Olivares, S., Lera, L., & Bustos, N. (2008). Etapas del cambio, beneficios y barreras en actividad física y consumo de frutas y verduras en estudiantes universitarios de Santiago de Chile. *Rev Chil Nutr*, 35(1), 25-35. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-75182008000100004>
- Oliveira, L. M., Freitas, P. P., Lopes, M. S., Lopes, A. C. S. (2021). Participação em programas públicos para prática de atividade física e comportamentos de saúde. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, 26, e0204. <https://doi.org/10.12820/rbafs.26e0204>
- Paul, A., Nath, T. K., Noon, S. J., Islam, M. I., & Lechner, A. M. (2020). Public Open space, Green exercise and well-being in Chittagong, Bangladesh. *Urban Forestry & Urban Greening*, 55, e126825. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2020.126825>
- Piggin, J. (2021). What is physical activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. *Frontiers in Sports and Active Living*, 2(72), 1-7. <https://doi.org/10.3389%2Ffspor.2020.00072>
- Portaria nº 11, de 4 de setembro de 2017 (2017). *Homologação do resultado final do Edital de Chamada Pública nº 01/2017*. Brasília, DF. Ministério da Cidadania. http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2017/Edital_Programa_SegundoTempo.pdf
- Rangel-Caballero, L. G., Murillo-López, A. L., & Gamboa-Delgado, E. M. (2018). Actividad física en el tiempo libre y consumo de frutas y verduras en estudiantes universitarios. *Hacia Promoc. Salud*, 23(2), 90-103. <https://doi.org/10.17151/hpsal.2018.23.2.7>
- Rodrigues PCO, Reverdito RS, Vieira PAS. (2021). Estudantes que praticam atividade física podem apresentar melhores estratégias de adaptação. In: BR Oliveira, AM Zuffo, JG Aguilera, AV Peña, & REL Zuffo (Org.). *Ciência em foco*. Nova Xavantina: Pantanal. p. 82–91.
- Santos, S., Freitas Júnior, I. F., Alvenga, A. M., Fonseca, S. A., Virtuoso Junior, J. S., & Sousa, T. F. (2016). Prevalence and factors associated with leisure time physical activity: survey repeated in university students. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, 18(5), 577-590. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-0037.2016v18n5p577>
- Scabar, T. G., Pelicioni, A. F., & Pllicioni, M. C. F. (2012). Atuação do profissional de Educação Física no Sistema Único de Saúde: uma análise a partir da Política Nacional de Promoção da Saúde e das Diretrizes no Núcleo de Apoio à Saúde a Família. *Health Sci Institution*, 30(4), 411-418. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-673924>
- Secchi, L., Coelho, F. S., & Pires, V. (2020). *Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos*. São Paulo: Cengage.
- Segenreich, S. C. D., & Castanheira, A. M. (2009). Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 17(62), 55–86. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000100004>
- Silva, E. A. C., Silva, P. P. C., Oliveira, L. S., Santos, A. R. M., Rechia, S., & Freitas, C. M. S. M. (2016). Percepção da qualidade do ambiente e vivência em espaços públicos de lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 38(3), 251-258. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2016.02.005>
- Silva, J. V. P. (2021). Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 43, e00962. Recuperado Dezembro 28, 2022, de <http://old.scielo.br/pdf/rbce/v43/0101-3289-rbce->

- 43-e009621.pdf
- Silva, J. V. P. (2016). Políticas públicas de esporte: pessoas com deficiência, hierarquização de prioridades e direitos sociais. In: JVP Silva, LN Gonçalves-Silva, & WW Moreira. *Educação Física e seus diversos olhares*. Campo Grande: Editora UFMS. p. 183-202.
- Silva, J. V. P. (2022). Programas nacionais de AFL/Espportes em universidades federais brasileiras. *Movimento*, 28, e28044. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122918>.
- Silva, J. V. P., & Sena, M. C. (2022). Projetos esportivos no ensino superior: desafios e adaptações em período de pandemia COVID-19. *Cadernos EBAPE*, 20(5), 769-780. <https://doi.org/dx.doi.org/10.1590/1679-395120210183>
- Silva, J. V. P., & Ungheri, B. O. (2023). Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. *Retos*, 47, 400-407. <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95627>
- Silva, M. C., Rombaldi, A. J., Azevedo, M. R., & Hallal, P. C. (2008). Participação atual e passada em academias de ginástica entre adultos: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Atividade Física*, 13(1), 28-36. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.13n1p28-36>
- Sousa, T. F., & Barbosa, A. R. (2017). Prevalências de excesso de peso corporal em universitários: análise de inquéritos repetidos. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 20(4), 586-597. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201700040003>
- Sousa, T. F., Fonseca, S. A., & Barbosa, A. R. (2013). Perceived barriers by university students in relation the leisure-time physical activity. *Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.*, 15(2), 164-173. <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2013v15n2p164>
- Souza, C. (2006). Política públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Tavares, G. H., Oliveira, D; P., Rodrigues, L. R., Mota, C. G., Sousa, T. F., & Polo, M. C. E. (2020). Inatividade física no lazer durante a pandemia da COVID-19 em universitários de Minas Gerais. *Rev Bras Ativ Fis Saúde*, 25, e0178. <https://doi.org/10.12820/rbafs.25e0178>
- Tsaur, S., Yen, C., Yang, M., & Yen, H. (2023). Leisure crafting: Scale development and validation. *Leisure Sciences*, 45(1), 71-91. <https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1783728>
- UNESCO (2009). *Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social*. Paris: UNESCO.
- Webb, E., & Forrester, S. (2015). Affective Outcomes of Intramural Sport Participation. *Recreational Sports Journal*, 39(1), 69-81. <https://doi.org/10.1123/rsj.2015-0006>
- World Health Organization (2013). *Ministry of Social Affairs and Health. The Helsinki Statement on Health in All Policies*. The 8th Global Conference on Health Promotion, Helsinki, Finland, 10-14 June 2013. https://www.who.int/healthpromotion/conferences/8gchp/8gchp_helsinki_statement.pdf